Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense -Campus Sapucaia do Sul

Ana Paula, Lívia e Ynaê – 3F

O cenário econômico no Brasil na década de 20

O objetivo deste estudo é apresentar o processo transitório econômico social que marcou o Brasil nos anos 20, destacando o intitulado modelo primário de exportações direcionado a um novo modelo de acumulação de capital, caracterizado por um crescimento mais interiorizado. Tal abordagem é desenvolvida considerando a dimensão econômica da realidade objeto de análise. A proposta desenvolvida neste ensaio, a partir das bibliografias disponibilizadas e pesquisas externas, é apresentar e analisar a marcante transição do velho modelo primário de exportação, marcado pelo predomínio da exportação cafeeira paulista, rumo ao um novo modelo de industrialização que se consolida na década de 30, mais precisamente no ano de 1933.

A década de 20 apresenta um período complexo para análise econômica Brasileira por inúmeras razões. Primeiramente no plano externo, por reprimir boa parte dos preços das *commodities*, que obtiveram forte aumento durante a Primeira Grande Guerra; pela crise internacional (centralizada nos EUA) em 1920-1922, que retraiu significativamente o comércio exterior; e pela ascensão da instabilidade financeira global. E no plano interno, por políticas econômicas ortodoxas praticadas pelo governo federal e pelos reflexos internos das circunstâncias internacionais apontadas a seguir.

Com o fim da Primeira Grande Guerra e o aumento dos preços das *commodities* a economia brasileira teve uma recuperação considerável. Em decorrência da guerra houve uma maior diversificação do nicho de exportações, assim como o café que teve um aumento de preços no mercado internacional. Também houve um aumento das importações em decorrência da demanda reprimida do período de guerra, dadas as restrições de oferta e de transporte. Tal recuperação econômica teve uma curta duração, em 1920 houve uma queda dos preços internacionais em decorrência da recessão econômica dos Estados Unidos e Reino Unido que empreenderam políticas monetárias restritivas. Essa desaceleração econômica mundial provocou marcantes reflexos na economia interna no Brasil: (I) piora na posição externa (reversão da balança comercial); (II) depreciação cambial; (III) pressões recessivas e (IV) desequilíbrios fiscais (SOARES,2011 p.10).

Diante de um cenário de crise internacional, e de queda nos preços do café brasileiro, no ano de 1921, o governo se viu obrigado a realizar intervenções no mercado cafeeiro: o financiamento das compras de café por meio do Banco do Brasil. A situação piorou em função do cenário fiscal em que se encontrava o Estado: aumento das despesas governamentais decorrente da depreciação cambial e redução da arrecadação devido à queda das receitas alfandegárias. Ao final do mesmo ano os preços do café se recuperaram, e foram obtidos créditos externos que permitiram dar continuidade à politica de valorização do produto.

No ano seguinte a atividade produtiva foi retomada, o preço do café no mercado voltou a se elevar e os desequilíbrios comercias revertidos. Tudo isso devido à então consolidada política de valorização do café e à depreciação cambial dos dois anos anteriores. A política de defesa do café fragilizou o choque retroativo externo e produziu uma reversão acelerada da tendência de queda das exportações e da tendência de queda dos termos de troca, gerando também a proteção da renda do setor cafeeiro.

Em 1922 com o fim do governo Epitácio Pessoa, inicia-se o de Arthur Bernardes (1922-1926), que priorizou como meta de política econômica a estabilização das receitas de exportação. Para isso desenvolveu a institucionalização de uma política permanente de defesa do café, gerando um controle continuo da oferta (retenção do café colhido e controle do volume embarcado nos portos).

Em relação a política monetária o Banco do Brasil passara a se tornar uma espécie de autoridade monetária, por meio de uma reforma, privando, dessa forma a sua capacidade de emitir moeda (busca do controle da oferta monetária).

O financiamento dos estoques de café teve que se dar com recursos internos, pois nem os banqueiros ingleses e nem os norte americanos se propuseram a disponibilizar recursos para tal fim. Isto de certo modo comprometeu a consecução da política monetária devido a emissão de moeda e de crédito. Como resultado houve a depreciação do mil-réis. Procurando solucionar os desequilíbrios decorrentes da política de defesa do café, buscou-se a captação de empréstimos externos, que, todavia, não se concretizaram.

As condições econômicas do país tornaram-se fortemente instáveis com a não obtenção de empréstimos externos, a continuidade da posição vulnerável no que tange ao balanço de pagamentos, os desequilíbrios fiscais (inclusive por causa das revoltas militares de julho de 1924), o descontrole monetário e crescimento inflacionário. Tais condições levaram á adoção de uma política econômica ortodoxa. Mas não bastaria ao governo Bernardes a adoção de uma política monetária restritiva (ajuste fiscal e controle monetário). Era necessário obter empréstimos externos.

A obtenção de empréstimos externos deveria se dar por parte dos credores internacionais (ingleses e norte-americanos) que viam a politica de defesa do café como um risco á recuperação de seus empréstimos. Todavia, essa política levava a um descontrole monetário recorrente à expansão da oferta de moeda. Em 1924 a politica de defesa do café foi descontinuada por parte do Governo Federal transferindo sua função ao Governo do Estado de São Paulo.

A política econômica ortodoxa adotada (controle fiscal e monetário, em especial) conduziu á apreciação cambial e a uma forte desaceleração da inflação. O que por outro lado, produziu impactos negativos sobre os níveis de produto e emprego.

O sucessor de Arthur Bernardes, o presidente Washington Luís encontrou em 1926 um cenário econômico mais equilibrado onde se percebia uma constante manutenção dos elevados preços do café e da melhoria na posição externa, gerada pelo aumento dos investimentos estrangeiros, a inflação também estava controlada. Visando a recuperação macroeconômica, os exportadores e competidores de importações implicavam a suavização das políticas econômicas (tais como as políticas fiscais e monetárias e a limitação da apreciação cambial).

Uma nova política econômica se formou, retomando o padrão ouro de 1906 materializando a obtenção da conversibilidade plena da moeda em circulação. A meta era estabilizar a taca de câmbio e o aumento da base monetária, possibilitando assim, um controle não discricionário da oferta de moeda. A introdução desse regime em 1927, tinha como objetivo principal conter a apreciação da moeda brasileira, garantindo assim a competitividade das mercadorias exportáveis (especialmente o café).

Com a política de defesa do café a cargo do Governo do Estado de São Paulo, os empréstimos externos foram retomados, produzindo efeitos positivos sobre o preço do café, junto a isso os efeitos das políticas monetária e cambial proporcionaram o retorno do crescimento econômico. "O produto real, que após estagnar em 1925 crescera cerca de 5,2% em 1926, cresce 10,8% em 1927 e 11,5% em 1928 (FRITSCH, 1990)." Esse importante avanço econômico ocorre ainda com a estabilidade nos níveis de preços proporcionada pelo equilíbrio cambial e pela existência de capacidade ociosa.

O novo padrão monetário-cambial ainda segue se sustentando em bases frágeis: dependência primordial de recursos externos. Tal fragilidade se acentua em 1928, onde além de uma piora no saldo da conta de transações correntes (baixa exportação e alta importação), houve um estancamento dos fluxos de capitais, gerando uma forte contração da oferta monetária e, dessa forma, da liquidez da economia.

Além dos problemas acima destacados, apontamos a supersafra em 1929, que veio a colapsar a indústria do café. Dessa vez o Governo Federal se absteve de qualquer política de defesa do produto que agisse contrariamente aos objetivos da estabilização cambial e monetária (considerando a escassez dos fluxos de captais em 1929). A marcante redução dos preços do café aprofundou os desequilíbrios no balanço de pagamentos. O governo Washington Luís manteve o padrão ouro que aprofundou a contração monetária, que acabou levando a economia brasileira à uma grave crise recessiva.

**Bibliografia:**

GONÇALVES, R. Herança e ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

PIRES, M. C. Economia brasileira da colônia ao governo Lula. São Paulo, Saraiva, 2010.

SOARES, F. Economia Brasileira: Da Primeira República ao Plano Real. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CANO, Wilson. Revista EconomiA. Artigo da Sessão Especial “80 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1930: SEU SIGNIFICADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA”. 38o Encontro Anual da ANPEC. 2012. Acessado em 21/11/2017 às 18:35hrs.